



ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

1 Nos dias vinte e sete e vinte e oito de julho de dois mil e vinte e três, foi realizada a 71ª Reunião
2 Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), no Salão Londres, Windsor
3 Hotel, SHS Qd. 05 bloco H - Brasília - DF Estiveram presentes na reunião as seguintes conselheiras
4 – Dia 27/07/2023: **Adélia Moreira Pessoa**, Representante do Instituto Brasileiro de Direito de
5 Família (IBDFAM); **Adriana Rosa dos Santos**, Representante do Capítulo Brasil Fórum de
6 Mulheres do Mercosul (FFM); **Alessandra Santos de Almeida**, Representante do Conselho
7 Federal de Psicologia (CFP); **Alice Bianchini**, Representante de Notório Conhecimento das
8 Questões de Gênero e Atuação na Luta pela Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres; **Cida**
9 **Gonçalves**, Ministra das Mulheres e Presidente do CNDM; **Carmen Foro**, Secretária Nacional de
10 Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política e Vice-presidente do CNDM;
11 **Celecina Rodrigues dos Santos**, Representante do Instituto Eco Vida; **Celina Alves Padilha**
12 **Arêas**, Representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); **Chopelly**
13 **Glaudystton Pereira dos Santos**, Representante da Associação Nacional de Travestis e
14 Transsexuais (ANTRA); **Cleide Silva Pereira Pinto**, Representante da Federação Nacional das
15 Trabalhadoras Domésticas (FENATRADE); **Daiane Boelhouwer Menezes**, Representante do
16 Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO); **Denise Santos Aguiar de Sá**, Representante do
17 Ministério da Cultura (MINC); **Deusimar Corrêa**, Representante do Centro de Estudos Afro-
18 Religioso e Cultural Rumpaimé Héviosô Zôônokum Mean; **Francilene Carvalho de Mesquita**,
19 Representante do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN);
20 **Gilcelene Braga Assumpção**, Representante de Evangélicas por Igualdade de Gênero (EIG);
21 **Grace Fátima Souza Rosa**, Representante do Ministério da Saúde (MS); **Islândia Bezerra da**
22 **Costa**, Representante da Secretaria-Geral (SG); **Jane Maria Vilas Boas**, Representante do
23 Ministério do Meio Ambiente e Mudança de Clima (MMA); **Jovanna Cardoso da Silva**,
24 Representante do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS);
25 **Laudelina Inácio da Silva**, Representante da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira

26 Jurídica (ABMCJ); **Luanda Pires**, Representante do Notório Conhecimento das Questões de
27 Gênero e Atuação na Luta pela Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres; **Maria Dirlene**
28 **Trindade Marques**, Representante da Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos;
29 **Maria Luiza Fonseca Valle**, Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); **Nágyla**
30 **Maria Galdino Drumond**, Representante da Confederação Nacional das Associações de
31 Moradores (CONAM); **Patricia Laundry Mollo Vieira**, Representante do Ministério da Educação
32 (MEC); **Rafaela Feitosa Damasceno**, Representante do Instituto Nacional das Mulheres
33 Redesignadas (INAMUR); **Sandra Laules**, Representante da Rede Nacional de Mulheres Negras
34 no Combate à Violência; **Sônia Maria Zerino da Silva**, Representante da Confederação Nacional
35 dos Trabalhadores na Indústria (CNTI); **Vanja Andrea Reis dos Santos**, Representante da União
36 Brasileira de Mulheres (UBM).: e os seguintes assessores técnicos, **Ana Rocha**, Representante do
37 Ministério das Mulheres; **Atiliana da Silva Vicente Brunetto**, Chefe de assessoria do Ministério
38 das Mulheres; **Flávia Leite**, Representante do Ministério das Mulheres (MM); **Júlio César da**
39 **Mota**, Chefe de Divisão do Ministério das Mulheres; **Maria Luiza R. de Aquino**, Representante
40 do Ministério das Mulheres; **Raquel Ataíde de Oliveira Sumar**, Representante do Ministério das
41 Mulheres; **Rosemberg Ricardo de Sales**, Representante do Ministério das Mulheres; Saete
42 Miranda, Representante do Ministério das Mulheres (MM); **Sandra Lia Bazzo Barwinski**,
43 Coordenadora-Geral do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) do Ministério das
44 Mulheres; **Sandra Marrocos**, Representante do Ministério das Mulheres (MM); **Stefane Silva**,
45 Representante do Ministério das Mulheres (MM); **Tathiane de Assis Freitas**, Representante do
46 Ministério das Mulheres (MM); **Thaís dos S. Lima**, Representante do Ministério das Mulheres
47 (MM); **Wagner Costa Silva**, Representante do Ministério das Mulheres; – Dia 28/07/2023:
48 **Adriana Rosa dos Santos**, Representante do Capítulo Brasil Fórum de Mulheres do Mercosul
49 (FFM); **Alessandra Santos de Almeida**, Representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP);
50 **Alice Bianchini**, Representante de Notório Conhecimento das Questões de Gênero e Atuação na
51 Luta pela Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres; Cida Gonçalves, Ministra das Mulheres e
52 Presidente do CNDM; **Carmen Foro**, Secretária Nacional de Articulação Institucional, Ações
53 Temáticas e Participação Política e Vice-presidente do CNDM; **Celecina Rodrigues dos Santos**,
54 Representante do Instituto Eco Vida; **Celina Alves Padilha Arêas**, Representante da Central dos
55 Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); **Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos**,
56 Representante da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA); **Cleide Silva**

57 **Pereira Pinto**, Representante da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas
58 (FENATRADE); **Daiane Boelhouver Menezes**, Representante do Ministério do Planejamento e
59 Orçamento (MPO); **Deusimar Corrêa**, Representante do Centro de Estudos Afro-Religioso e
60 Cultural Rumpaimé Hévíosô Zôônokum Mean; **Francilene Carvalho de Mesquita**, Representante
61 do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN); **Gilcelene**
62 **Braga Assumpção**, Representante de Evangélicas por Igualdade de Gênero (EIG); **Grace Fátima**
63 **Souza Rosa**, Representante do Ministério da Saúde (MS); **Islândia Bezerra da Costa**,
64 Representante da Secretaria-Geral (SG); **Jane Maria Vilas Boas**, Representante do Ministério do
65 Meio Ambiente e Mudança de Clima (MMA); **Jovanna Cardoso da Silva**, Representante do
66 Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS); **Laudelina Inácio**
67 **da Silva**, Representante da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ);
68 **Luanda Pires**, Representante do Notório Conhecimento das Questões de Gênero e Atuação na Luta
69 pela Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres; **Maria Dirlene Trindade Marques**,
70 Representante da Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos; **Maria Luiza**
71 **Fonseca Valle**, Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); **Nágyla Maria**
72 **Galdino Drumond**, Representante da Confederação Nacional das Associações de Moradores
73 (CONAM); **Patricia Laundry Mollo Vieira**, Representante do Ministério da Educação (MEC);
74 **Rafaela Feitosa Damasceno**, Representante do Instituto Nacional das Mulheres Redesignadas
75 (INAMUR); **Sandra Laules**, Representante da Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à
76 Violência; **Sheila Santana de Carvalho**, Representante do Ministério da Justiça e Segurança
77 Pública (MJSP); **Sônia Maria Zerino da Silva**, Representante da Confederação Nacional dos
78 Trabalhadores na Indústria (CNTI); **Vanja Andrea Reis dos Santos**, Representante da União
79 Brasileira de Mulheres (UBM).: e os seguintes assessores técnicos, **Ana Rocha**, Representante do
80 Ministério das Mulheres; **Atiliana da Silva Vicente Brunetto**, Chefe de assessoria do Ministério
81 das Mulheres; **Flávia Leite**, Representante do Ministério das Mulheres (MM); **Maria Luiza R. de**
82 **Aquino**, Representante do Ministério das Mulheres; **Raquel Ataíde de Oliveira Sumar**,
83 Representante do Ministério das Mulheres; **Salete Miranda**, Representante do Ministério das
84 Mulheres (MM); **Sandra Lia Bazzo Barwinski**, Coordenadora-Geral do Plano Nacional de
85 Políticas para as Mulheres (PNPM) do Ministério das Mulheres; **Sandra Marrocos**, Representante
86 do Ministério das Mulheres (MM); **Abertura da Reunião**: A Carmen Foro Vice-Presidente do
87 CNDM iniciou a reunião e informou como pauta – Dia 27/07/2023 – Coordenação da Vice-

88 Presidenta do CNDM e Sociedade Civil – Alice Bianchini - Representante de Notório Saber: 09:00
89 – Aprovação da pauta e Aprovação da Ata da 70ª reunião; 10:00 – Análise de conjuntura; 12:00 –
90 Almoço; 14:00 – Apresentação do relatório da Câmara de Planejamento e Orçamento; 15:00 -
91 Apresentação do relatório da Câmara de Legislação e Normas; 16:00 - Apresentação do relatório da
92 Câmara de Monitoramento do Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres; 17:00 –
93 Internacional; 18:00 – Encerramento do dia. Dia 28/07/2023 - Coordenação - Sra. Cida Gonçalves -
94 Ministra de Estado das Mulheres e Presidenta do CNDM e Sociedade Civil – Sra. Adélia Moreira
95 Pessoa - Representante da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ): 09:00
96 – Debate sobre a Misoginia – Sra. Cida Gonçalves – Ministra de Estado das Mulheres e Presidenta
97 do CNDM; 10:30 – Lei de Igualdade Salarial – Desafios para a implementação – Rosane Silva –
98 Secretária Nacional de Autonomia Econômica e Políticas do Cuidado; 12:00 – Almoço; 13:30 –
99 Marcha das Margaridas – Coordenação da Marcha; 15:30 – Encaminhamentos – Apresentação do
100 mapa colaborativo das Mulheres Brasileiras; Proposta para a inserção da prorrogação dos mandatos
101 do atual Conselho até o término da Conferência Nacional; Apresentação do processo eletivo das
102 Câmaras Técnicas conforme art. 16 e 17 do Regimento interno; A vaga de conselheira de notório
103 saber entrará na pauta de setembro da Coordenação Política; Reunião Extraordinária em setembro;
104 18:00 – Encerramento. Na sequência, justificou a ausência da Ministra Cida Gonçalves, explicou
105 que está substituindo-a nesta reunião e questionou se alguém propõe alguma alteração na pauta.
106 Diante do exposto, a Sra. Rafaela Feitosa Damasceno sugeriu como pauta a discussão sobre a
107 quantidade de conselheiras da sociedade civil no conselho, visto que deve haver paridade. Ato
108 contínuo, a Sra. Nágyla Maria Galdino Drumond propôs incluir nos encaminhamentos do dia
109 seguinte, no período vespertino, a definição de representante no 3º Fórum Interconselhos que está
110 previsto para o final de agosto, na segunda quinzena, mas não foi definida a data. Depois solicitou a
111 conclusão da reunião do dia seguinte até as 17:00. Na sequência, a Sra. Maria Dirlene Trindade
112 Marques esclareceu que a pauta foi reorganizada, mas que poderia ter uma avaliação dos processos
113 das reuniões, pois não houve espaço na reunião para debater a apresentação das Câmaras, devendo
114 ser avaliado como organizar as reuniões. A Sra. Jovanna Cardoso da Silva solicitou a discussão
115 sobre a participação das conselheiras em eventos das redes apresentadas no conselho. A Sra. Vanja
116 Andrea Reis dos Santos notificou que nos dias 08 e 09 do próximo mês ocorrerá a Cúpula da
117 Amazônia, que envolve a defesa de povos, sendo importante ter uma representante do conselho. Foi
118 complementado que a participação da sociedade será nos dias 3,4 e 5, enquanto a participação

119 presidencial ocorrerá nos dias 08 e 09, não sabendo se haverá a participação da sociedade nesses
120 dias. Ato seguinte, foi explicado que no CNDH haverá uma atividade no dia 05 das 15:00 às 17:00
121 para debater sobre o sistema prisional na Região Norte, sendo importante participar, visto que é um
122 assunto que afeta mulheres e que em 2022 foram encarceradas diversas mulheres. Foi sugerido
123 colocar no final da reunião de hoje os informes e convites. Depois foi proposto um informe do
124 governo sobre a cúpula e salientado que pode ser discutido sobre ter um representante do conselho.
125 No tocante ao desequilíbrio da sociedade civil e do governo, foi informado que a composição está
126 conforme as eleições. Ato contínuo, a Sra. Chopelly Glaudyston Pereira dos Santos explicou que
127 sugeriu na reunião anterior uma prorrogação do mandato, pois esse mandato foi comprometido pela
128 pandemia e pelo governo passado e que, caso fosse realizado o processo eleitoral, teria que começar
129 imediatamente para concluir em julho de 2024. Complementou que foi explicado pela ministra na
130 70ª reunião que a prorrogação do mandato seria discutida, pois com a colocação de três novos
131 ministérios, deveria ser verificada a composição do conselho e informado que o debate deveria ser
132 feito ao discutir a prorrogação. Ato seguinte, a Sra. Carmen Foro esclareceu que a prorrogação está
133 prevista para amanhã e sugeriu que, ao debater sobre a prorrogação, que fosse abordado também a
134 composição que está desequilibrada. Sobre o instrumento de avaliação para melhorar a construção
135 da pauta, explicou que existiu uma coordenação que construiu essa pauta e sugeriu ouvir o grupo
136 que foi construído. A Sra. Maria Dirlene Trindade Marques concordou que deve verificar um
137 instrumento para isso, afirmou que houve um desencontro no entendimento da coordenação política
138 e receberam as pautas a partir de terça-feira. Adicionou que procuraram minimizar a questão da
139 pauta com dois dias para o Pleno, o que foi insuficiente. Acrescentou que, para a apresentação das
140 Câmaras Técnicas haverá somente a tarde de hoje e que nas próximas será refeita a proposta da
141 reunião anterior para um dia para a Coordenação Política, um dia para a Câmara Técnica e três dias
142 para a reunião do Pleno, sendo que o primeiro dia será para a apresentação das Câmaras Técnicas e
143 os outros para outros assuntos. Arrazoou que a reunião da Coordenação Política foi muito profícua,
144 pois muitas pessoas participaram e sugeriu uma leitura. Anunciou que a ata foi corrigida na terça-
145 feira por todas as pessoas presentes na reunião e propôs retornar mais cedo para analisar todos os
146 relatórios e talvez estender a reunião. Ato seguinte, a Sra. Carmen Foro propôs dois minutos de fala,
147 sugeriu a colaboração da Sra. Maria Dirlene Trindade Marques para verificar um instrumento para
148 melhoria, declarou que a comissão está a disposição para auxiliar e receber contribuições para
149 melhorar a pauta. Depois foi destacado que a reunião do Pleno foi prejudicada e que deve ser

150 introduzida nas reuniões uma discussão sobre a conferência. A Sra. Carmen Foro acolheu a crítica.
151 A Sra. Atiliana da Silva Vicente Brunetto alegou que resultou de uma avaliação da coordenação
152 política, que a coordenação política pretende se reunir 15 dias antes do Pleno conforme o regimento
153 para cumprir a organização da pauta. Sobre o Fórum Interconselhos, a Sra. Carmen Foro esclareceu
154 que o Pleno escolhe os representantes e sugeriu o acréscimo do assunto na pauta. Na sequência, a
155 Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos destacou a necessidade da secretaria executiva. A Sra. Carmen
156 Foro concordou, explicou que amanhã a reunião deve ser encerrada até às 17:00 por causa das
157 viagens e que tem a proposta de prorrogar a reunião de hoje. Acrescentou que para terminar a
158 reunião até as 17:00 de amanhã, ou todos os assuntos deverão ser discutidos ou deverão ser
159 encaminhados os assuntos que não foram discutidos para a próxima reunião. Depois, a Sra. Jovanna
160 Cardoso da Silva retirou a sua proposta quanto a participação das conselheiras em eventos das redes
161 apresentadas no conselho para discutir na próxima reunião. A Sra. Chopelly Glaudystton Pereira
162 dos Santos sugeriu que uma das Câmaras técnicas debata a proposta da Sra. Jovanna Cardoso da
163 Silva para trazer para o Pleno um produto. A Sra. Carmen Foro ressaltou que a autora da proposta
164 retirou a proposta e que a proposta foi acolhida para ser debatida em outro momento, o que foi
165 sugerido pela Sra. Jovanna Cardoso da Silva. A Sra. Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos
166 pontuou que pode ser discutido o assunto na Câmara Técnica de Planejamento. A Sra. Carmen Foro
167 concordou, afirmou que o tema de desequilíbrio de representação do conselho e prorrogação do
168 mandato será deslocado para manhã, e que pode ser discutido outros informes no fim do dia.
169 Lembrou que foi incluído na pauta a representação do Fórum Interconselhos e asseverou que há
170 um compromisso da coordenação política de melhorar a pauta. No que concerne a participação de
171 conselheiras em atividades de redes, explanou que será debatido conforme a sugestão da Sra.
172 Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos em uma das Câmaras Técnicas de Orçamento e
173 Planejamento e sugeriu a inclusão dessas pautas. Sobre a aprovação da ata da reunião
174 extraordinária, comunicou que a ata não está pronta e que a ordinária está pronta. Questionou se
175 todos concordam com a ata. Todas concordaram com a ata da 70ª Reunião Ordinária que ocorreu
176 antes da reunião extraordinária. Sobre a análise da conjuntura, a Sra. Carmen Foro questionou aos
177 representantes da Coordenação Política se foi elaborada uma metodologia para a análise de
178 conjuntura. Foi respondido que foi definido que as primeiras pessoas levantam o prisma e em
179 seguida são feitas as inscrições. Depois foi sugerido fazer as inscrições e depois verificar o tempo
180 disponível. Diante do exposto, a Sra. Carmen Foro propôs cinco minutos para a primeira rodada de

181 inscrições da análise de conjuntura e declarou que ela também fará as suas ponderações. Ato
182 seguinte, foi sugerido cinco minutos para a primeira rodada e três minutos para a segunda. Foi
183 concordado. A Sra. Carmen Foro advertiu que não teve tempo para preparar a sua análise de
184 conjuntura, arrazoou que devem ser refletidos diversos itens como o momento de pós-eleição em
185 que as mulheres estavam em desvantagem, um cenário político onde há maior pressão sobre as
186 mulheres e a existência de uma possibilidade de retirada de todas as mulheres dos ministérios, o que
187 demonstra uma reação muito forte do congresso e do machismo sobre o lugar das mulheres na
188 política ou no comando desse país. Alegou que a ocupação das mulheres foi colocada na vitrine no
189 último período, que houve manifestações importantes de redes sobre as mulheres e que as mulheres
190 do parlamento e do governo federal estão sendo ameaçadas constantemente. Pontuou que devem
191 dialogar sobre o resultado do PPA, pois considera baixo o resultado para o eixo das mulheres e não
192 sabe a causa, se foi a plataforma ou a influência, podendo ser discutido o resultado e a participação.
193 Explicou que houve calma com as férias do parlamento e que no retorno haverá muitas
194 discussões como a cassação das seis parlamentares que estão no foco, sendo algo que deve ser
195 discutido. Acrescentou que devem ser verificadas as pautas que interessam as mulheres brasileiras
196 para discutir no Congresso. Ato contínuo, a Sra. Adriana Rosa dos Santos destacou a importância
197 de debater a violência contra as mulheres na política e de maneira geral. Citou pesquisa do Fórum
198 Brasileiro de Segurança Pública, onde é informado um infográfico sobre a vitimização das mulheres
199 no Brasil no último ano. Argumentou que o conselho deve analisar a pesquisa para pautar alguns
200 assuntos sobre as mulheres. Declarou que, segundo a pesquisa, 28% das mulheres sofreram algum
201 tipo de agressão, o que equivale a 18 milhões de mulheres, sendo que 65,6% das mulheres
202 entrevistadas são negras. Afirmou que foi questionado o que fizeram após a agressão e relatou que
203 45% das mulheres agredidas não fizeram nada e 1,6% ligaram para o 180, o que demonstra a
204 importância da retomada de discussão sobre o 180. Ato seguinte, discorreu sobre tópico da
205 pesquisa: razões para não procurar a polícia. Relatou que 38% das mulheres resolveram sozinhas,
206 21% não acreditavam que a polícia pudesse oferecer a solução e 14% não tinham provas suficientes.
207 Afirmou que pode enviar o relatório, que nele são feitas recomendações para o governo e a
208 sociedade como a disseminação da informação, segurança pública, justiça, acolhimento e
209 encaminhamento das mulheres e sugeriu a leitura dos últimos anos. Com a palavra, a Sra. Gilcelene
210 Braga Assumpção cientificou que ontem ocorreu a apresentação da consolidação do PPA em
211 relação as mulheres, afirmou que discutirão o assunto posteriormente e pontuou que, ao analisar a

212 quantidade votos de mulheres na plenária, não resultariam em 100 votos para cada conselheira e que
213 qualquer movimento presente tem capacidade de mobilizar mais de 100 mulheres. Ressaltou que
214 todas devem verificar as responsabilidades coletivas, que a Câmara Técnica de Planejamento e
215 Orçamento não foi contemplada como era esperado no processo do PPA, que deveria haver mais
216 integração, planejamento, participação, interação, ter uma atenção maior do conselho a esse
217 momento e entender o processo administrativo de governo. Asseverou que os pequenos detalhes das
218 pautas devem ser destacados. Relembrou a discussão de moção de deputadas na reunião passada,
219 onde foi proposta a retirada das pessoas transexuais e não binárias, sendo que o dia era o Dia da
220 Visibilidade das Pessoas Transexuais. Argumentou que deve ser garantido o direito de todas as
221 mulheres e relatou que na instituição Evangélicas por Igualdade de Gênero foi eleita como mascote
222 uma personagem negra e transexual. Ato contínuo, a mascote foi sorteada e a Sra. Chopelly
223 Glaudystton Pereira dos Santos ganhou. Depois cientificou que a Ministra Cida Gonçalves também
224 receberá uma mascote. Na sequência, a Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos leu nota elaborada pela
225 União Brasileira de Mulheres sobre as mulheres que vivem esse momento político de ostensivo
226 espaço as mulheres de poder e decisão e o incentivo à participação das mulheres. Sugeriu a
227 elaboração de uma nota pelo conselho no sentido de reforçar a opinião sobre o assunto. Salientou a
228 necessidade de marcar uma reunião com o congresso para reafirmar o posicionamento contrário ao
229 impedimento da participação de mulheres como as parlamentares ou do povo brasileiro. Com a
230 palavra, a Sra. Rafaela Feitosa Damasceno cientificou que na reunião da Câmara Técnica de
231 Planejamento e Orçamento houve reunião com o Sr. Ubirajara e ele informou as pautas prioritárias
232 para o PPA. Demonstrou tristeza ao saber que a pauta principal foram os banheiros unissex dentro
233 do governo, questionou a garantia de segurança dos banheiros unissex, asseverou que nas cinco
234 pautas dos conservadores as mulheres transexuais estão incluídas de forma negativa, questionou se
235 estão discutindo somente de forma interna no movimento e se o conselho está realmente dialogando
236 com os conselhos estaduais e municipais. Quanto ao planejamento e orçamento, considerou
237 interessante acompanhar essas questões, pois os conselhos possuem um dever fiscalizador e possui
238 liberdade para provocar o governo para fazer trabalhos de políticas públicas. Na sequência, a Sra.
239 Alessandra Santos de Almeida relembrou a morte de Marielle Franco, pontuou que pode ser
240 vislumbrada esperança nos últimos acontecimentos, que no Anuário de Segurança Pública foi
241 informado que o feminicídio cresceu 6,2% em 2022, o que pode relacionar ao governo anterior e é
242 uma contraposição ao aumento de mulheres no espaço público político. Adicionou que segundo o

243 anuário houve 205 casos de estupro por dia em 2022, lembrou que estupro por muito tempo foi
244 utilizado como crime de guerra para manter as pessoas no lugar e reforçou que nada e ninguém
245 pode pará-las. Reforçou o aumento do encarceramento, alegou que é relacionada a política de
246 combate as drogas, a política de branqueamento e a uma série de mulheres pretas e periféricas que
247 sofrem com o luto. Lembrou argumento da professora Adriana Aiko da USP, em que foi alegado
248 que o hiperencarceramento das mulheres está relacionado a uma desarticulação política das bases
249 nos territórios. Depois sugeriu discutir a promoção de ações com ao Ministério da Saúde
250 relacionada a visibilização dos serviços de aborto legal. Na sequência, a Sra. Nágyla Maria Galdino
251 Drumond citou como questões prioritárias desse mandato a existência de um projeto nacional de
252 desenvolvimento em disputa, em que nessa perspectiva a convocação e a incorporação das mulheres
253 brasileiras neste projeto pode resultar em passos mais largos e arrojados, para que o país atinja a
254 todos os lugares. Quanto ao ataque as ministras e deputadas, pontuou que o papel não é defendê-las
255 somente enquanto mulheres que estão desempenhando bem os seus mandatos, mas contribuir para
256 que o Presidente Lula as mantenha em seus postos em reconhecimento aos trabalhos que estão
257 desempenhando e argumentou que elas estão sendo atacadas porque possuem um lado. Lembrou
258 que a plenária final da 17ª Conferência Nacional da Saúde, que foi realizada no dia 05 de julho,
259 garantiu no texto final a legalização do aborto e a descriminalização da maconha para usos
260 medicinais. Arrazoou que existe como principal proposta do PPA a não existência de banheiros
261 unissex e que ao mesmo tempo, a 17ª Conferência Nacional da Saúde diz não ao nascituro e sim a
262 legalização do aborto e descriminalização da maconha. Afirmou que existem lutas para garantir que
263 este país seja único, grande, democrático, inclusivo e do tamanho das necessidades do povo e das
264 mulheres brasileiras. A Sra. Celina Alves Padilha Arêas pontuou que estão em uma disputa
265 geopolítica e de qual regime implementar no mundo. Lembrou eventos de 2015 a 2022 como o
266 *impeachment* e eleição de alguém fascista. Ponderou que em 2022 ganharam a presidência e
267 perderam o congresso, sendo necessário negociar, pois a direita é maioria na Câmara e no Senado.
268 Acrescentou que muitos projetos relacionados as mulheres foram aprovadas, como a Lei de
269 Igualdade Salarial, no qual este conselho deve auxiliar no cumprimento. Pontuou que o conselho no
270 ano passado atuou na resistência, que agora luta para avançar nos direitos, que o Presidente Lula
271 não pode agir sozinho e que deve ser refletido em como atuar internacionalmente para auxiliar.
272 Diante do exposto, a Sra. Jane Maria Vilas Boas concordou com as percepções anteriores e
273 discorreu sobre a articulação entre as ministras para trabalhar em conjunto com enfoque feminino.

274 Depois relatou que foi proposto que o Ministério do Meio Ambiente tenha um comitê de gênero,
275 raça e diversidade, que agora está sendo proposto um plano de ação em dois movimentos no comitê
276 como o letramento de gênero que será feito no ministério, no IBAMA, no ICMBio, a articulação
277 com o Ministério das Mulheres, Ministério da Gestão, Ministério da Igualdade Racial e o Ministério
278 dos Povos Indígenas e fazer com que as políticas do ministério tenham foco de gênero. Arrazoou
279 que para toda ação tem uma reação e que as mulheres estão sendo atacadas. Ato seguinte, a Sra.
280 Jovanna Cardoso da Silva arrazoou sobre a visibilidade dos corpos, ponderou que pouco se fala
281 sobre as mulheres transexuais, que ser abordada a identidade de gênero e que as mulheres
282 transexuais estão sendo mais perseguidas do que as mulheres cisgêneros. Argumentou que o
283 conselho deve reforçar a política do Governo Lula e estar presente em outras pautas existentes no
284 governo como a área ambiental. Discorreu sobre o preconceito ambiental, alegou que a palavra
285 diversidade não contempla as mulheres transexuais e que deve ser abordada a identidade de gênero.
286 Acrescentou que o FONATRANS colocou como demanda para o Ministério do Desenvolvimento e
287 Assistência Social, Família e Combate à Fome a revisão de critérios do Cadastro Único e o que
288 conselho deve acompanhar, pois os critérios não reconhecem as mulheres transexuais. Adicionou
289 que falta sororidade e empatia das conselheiras e relatou capacitação de mulheres cisgênero em seu
290 município. Ato seguinte, a Sra. Maria Dirlene Trindade Marques argumentou que as falas são
291 diversas e que o tempo é exíguo para a análise de conjuntura. Arrazoou que as opressões são
292 necessárias no capitalismo para aumentar a lucratividade. Questionou como o meio ambiente será
293 fortalecido se é incentivado o agronegócio, se é possível acabar com o encarceramento sendo que é
294 incentivada a exclusão social. Ponderou que o capitalismo não precisa de todos os trabalhadores,
295 que deve unir todas as lutas, que o conselho deve discutir e avaliar o que o governo está fazendo e
296 que as mulheres devem lutar por sua libertação. Arrazoou que para isso deve ser garantida a
297 autonomia do seu corpo e financeira. Complementou que devem lutar pela legalização do aborto e
298 das drogas para reduzir a marginalização e o empobrecimento da sociedade. Ato seguinte, a Sra.
299 Patricia Laundry Mollo arrazoou sobre a SECADI, asseverou que antigamente havia a imposição de
300 um pensamento único, que servidores foram silenciados e que houve a constituição de nove
301 comissões de participação social no âmbito da educação. Argumentou que é necessário ouvir umas
302 as outras. Discorreu sobre diálogo com outra pessoa relacionado a pluralidade de ideias e reafirmou
303 que muito trabalho deve ser feito. Depois, a Sra. Francilene Carvalho de Mesquita questionou onde
304 as notas técnicas estão sendo publicizadas e se estão atingindo o objetivo de apoio as deputadas. A

305 respeito do PPA participativo, questionou se foi feito um trabalho com os conselhos estaduais. A
306 Sra. Alice Bianchini lembrou que no dia 25 de julho foi pautado sobre a mulher negra, explicou
307 que o censo mostrará que a maioria das universidades públicas são compostas por mulheres negras,
308 demonstrando que as cotas foram importantes, argumentou que devem ser debatidas as cotas na
309 política e nas cadeiras, que deve ter cuidado para não dividir as mulheres, ter muita articulação e
310 não enfraquecer. A Sra. Daiane Boelhouver Menezes declarou que, no PPA participativo, as
311 mulheres representaram 65% dos participantes e proponentes na plataforma e, portanto, foram mais
312 engajadas na plataforma. Pontuou que a proposta de retirada de banheiros unissex foi lamentável,
313 mas teve apenas 1.350 votos e as outras 19 propostas tiveram mais de 6.000 votos. Acrescentou que
314 houve propostas de combate à violência com mais de 7.000 votos. Refletiu que as preferências das
315 mulheres foram o programa Viver sem Violência e dos homens foram programas de ciência e
316 tecnologia, mobilidade e outros itens. A Sra. Adélia Moreira Pessoa corroborou com as falas
317 anteriores, reforçou que é indispensável o trabalho de todas nos estados e que as entidades locais
318 devem saber que são uma ponte entre o governo e elas. A Sra. Carmen Foro salientou a importância
319 do debate, alegou que possuem contradições em todos os lugares, inclusive nos ministérios, que as
320 coisas não funcionam apenas quando estão presentes e que o conselho deve se conectar com os
321 estados. Não se conformou com o resultado de 7.000 votos em proposta relacionada as mulheres no
322 PPA participativo, ponderou que o instrumento deve melhorar e que todos devem participar.
323 Acrescentou que é necessário haver sintonia e que por isso foi concordado na reunião extraordinária
324 com a elaboração de um mapa para conexão e fazer um amplo debate com os conselhos e com a
325 sociedade civil. Complementou que é necessário melhorar a pauta, afirmou que houve poucas
326 reuniões, e que deve ser discutida a conferência. Ressaltou que deve ser analisado o Anuário de
327 Segurança Pública, que visualiza a dedicação do governo e discorreu sobre a violência. A Sra.
328 Cleide Silva Pereira Pinto notificou que a FENATRADE tem uma deficiência, pois é a única
329 categoria que não tem os seus direitos equiparados, que 95% da instituição é composta por
330 mulheres negras, o que traz inquietação. Lembrou sobre Creuza Maria Oliveira, ex-conselheira da
331 mulher e recebeu a o título de Doutora *Honoris Causa* pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).
332 **Tarde:** A reunião foi iniciada. Ato seguinte, a Sra. Adélia Moreira Pessoa anunciou que serão
333 apresentados os relatórios das Câmaras Técnicas, explicou que foi solicitado o adiamento da
334 apresentação do relatório da Câmara Técnica de Planejamento e Orçamento. Sobre a Câmara
335 Técnica de Legislação e Normas, notificou que foi feita uma reunião ontem de manhã e à tarde.

336 Informou os participantes, alegou que foram discutidas as minutas dos GT's que foram aprovadas
337 no pleno e que foi colocada uma enquete para verificar os candidatos para participar.
338 Complementou que os GT's possuem prazo, informou as coordenadoras do GT Equidade na
339 participação da mulher nos espaços de poder e decisão e declarou que possuem quatro
340 representantes da sociedade civil e três representantes governamentais, podendo participar
341 especialistas e representantes. A Sra. Alice Bianchini leu a minuta de resolução do GT Equidade na
342 participação da mulher nos espaços de poder e decisão, explicou a finalidade do grupo, citou sobre
343 organização da OAB quanto a paridade e comunicou que seriam analisados projetos de lei para
344 fazer propostas e colocar no Pleno. Ato contínuo, foi apresentado sobre o GT Juízo de Família e
345 Violência Doméstica de Competência Integral pela Sra. Adélia Moreira Pessoa. A Sra. Adélia
346 Moreira Pessoa ponderou que a Lei Maria da Penha não resolveu totalmente o problema, que
347 buscam estudar e aprofundar a discussão e informou a finalidade do GT. Noticiou que a Sra.
348 Luanda Pires se candidatou a co-coordenadora do GT com ela, reforçou que deve ser aprofundada a
349 discussão para diminuir a resistência, que é necessário fazer uma interlocução com os três poderes
350 da república, que precisam das normativas internacionais e da cooperação de todos os especialistas
351 no assunto. Depois citou as participantes e acrescentou que pode participar de mais de um GT. Em
352 seguida, sobre o GT de Direitos Sexuais e Reprodutivos, foi explicado pela Sra. Maria Dirlene
353 Trindade Marques que o GT existia, que foi publicada uma nota técnica sobre o nascituro e que se
354 busca uma participação mais efetiva do conselho. Depois asseverou que o prazo é de 130 dias, que
355 serão tratados projetos de lei, informou os participantes e a justificativa da existência do GT. Diante
356 do exposto, a Sra. Rafaela Feitosa Damasceno se candidatou para o GT. Ato contínuo, a Sra. Adélia
357 Moreira Pessoa explicou que o próximo GT está relacionado a autonomia econômica e que a Sra.
358 Sônia Maria Zerino da Silva é a coordenadora. A Sra. Sônia Maria Zerino da Silva arrazoou que
359 propôs GT sobre autonomia econômica e política do cuidado e que o governo criou um Grupo de
360 Trabalho Interministerial para tratar sobre a política do cuidado que o CNDM deve participar.
361 Discorreu sobre a importância da autonomia econômica das mulheres e pesquisa relacionada a
362 queimadura de crianças na pandemia, em que Pernambuco foi o estado que teve mais acidentes com
363 queimaduras. Pontuou sobre as dificuldades do PPA e argumentou que a autonomia econômica
364 deve passar por todos os ministérios. Citou as participantes do GT e convidou as conselheiras para
365 participar. Depois lembrou aprovação da lei nº 13.667 de 17 de maio, que prioriza o acesso das
366 mulheres em situação de vulnerabilidade no SINE. Diante do exposto, foi ressaltado a ausência de

367 conselheiras governamentais. Ato seguinte, a Sra. Alessandra Santos de Almeida demonstrou a sua
368 preocupação quanto a temática de trabalho escravo, relatou caso específico de trabalho escravo
369 envolvendo crianças e sugeriu como temática a atuação no grupo de trabalho escravo de mulheres.
370 Salientou a importância de discutir a laborterapia como trabalho escravo e a condição de
371 trabalhadoras domésticas. Diante do exposto, foi explicado que ao abordar sobre autonomia
372 econômica, é citado também o trabalho informal e que o assunto está em consonância com a
373 resolução da 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres. Foi acrescentado que
374 existe um material das centrais sindicais referente a convenção da ONU nº 156 e que foram
375 realizados diversos trabalhos, como uma cartilha da CUT sobre o assunto. Logo em seguida, foi
376 explicado que o debate dependerá das pautas encaminhadas ao GT de Autonomia econômica. A
377 Sra. Celecina Rodrigues dos Santos asseverou que o GT atendeu ao seu anseio, ponderou sobre a
378 sustentabilidade, economia solidária, Secretaria Nacional de Economia Solidária, argumentou que a
379 geração de trabalho e renda é relacionada as cooperativas, as associações e o trabalho produtivo
380 com divisão de lucros por iguais. Argumentou que o mercado de trabalho exclui, que as pautas
381 devem ser transversalizadas, que a economia solidária está em diversas áreas e defendeu o apoio as
382 mulheres periféricas. Foi explicado que o GT não está fixo no trabalho e no emprego, mas na
383 capacidade das mulheres de acessar e controlar recursos e que o formato será definido pelos
384 membros. A Sra. Luanda Pires se colocou a disposição, sentiu falta do convite as mulheres
385 transexuais e travestis no GT e sugeriu convidar a Sra. Symmy Larrat Brito de Carvalho para o GT
386 e o Ministério da Igualdade Racial para criar as demandas de todas as mulheres. Foi ressaltado que
387 deve ser submetido ao Pleno as quatro resoluções e solicitado as inscrições de conselheiras
388 governamentais. Na sequência a Sra. Rafaela Feitosa Damasceno se candidatou ao GT de Direitos
389 Sexuais e Reprodutivos e discorreu sobre o pagamento de serviço para ter filhos biológicos após a
390 redesignação sexual. A Sra. Jovanna Cardoso da Silva concordou, arrazoou sobre as dores da
391 sexualidade, representantes transexuais no ministério e argumentou que o conselho deve pensar em
392 todas as mulheres, inclusive nas mulheres transexuais nas missões. A Sra. Jovanna Cardoso da Silva
393 concordou e pontuou que deve ser incluída a identidade de gênero e que as mulheres transexuais
394 devem estar inseridas. Ato seguinte, foi sugerido a Sra. Jovanna Cardoso da Silva discutir com a
395 Sra. Sônia Maria Zerino da Silva os assuntos pautados. Na sequência, foram aprovadas as
396 resoluções por unanimidade. Logo em seguida, a Sra. Alice Bianchini notificou que no primeiro
397 semestre de 2023 foram aprovadas 14 leis em relação a mulher e que foi deliberado na Câmara

398 Técnica de Legislação e Normas a inclusão das leis para que as conselheiras participantes repassem
399 e tenham conhecimento sobre o assunto. Diante do exposto, foi proposto colocar na página do
400 conselho para todos acessarem. Depois foi ressaltada a importância de restaurar a página do
401 conselho para inserir as atas e as notas que estão no Participa Brasil. Em seguida, foi iniciado o
402 relato da Câmara de Planejamento e Orçamento. A Sra. Gilcelene Braga Assumpção agradeceu o
403 auxílio das participantes. A Sra. Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos citou os participantes e as
404 pautas apresentadas, salientou que o ministério enviou representantes da área de orçamento,
405 notificou que foi discutido a possibilidade de reunião da Câmara técnica no Ministério do Trabalho
406 e Emprego e necessidade de qualificação das participantes sobre planejamento e orçamento.
407 Discorreu sobre encontros nacionais que ocorrerão nos dias 25 de setembro e 26 de outubro, a
408 necessidade de reunião extraordinária da câmara técnica, a possibilidade de revisão da data do
409 encontro dos conselhos no dia 25 de setembro, asseverou que até o dia 03 de agosto pode ser
410 enviada análise sobre o PPA participativo e arrazoou sobre o Fundo. Ato contínuo, foi esclarecido
411 que foi proposto que as câmaras técnicas se reunissem nos ministérios das representantes
412 governamentais. A Sra. Carmen Foro notificou que tem uma mulher transexual na Secretaria
413 Nacional de Articulação Institucional, explicou que o governo tem várias salas disponíveis e
414 ofereceu uma sala para as câmaras técnicas na Secretaria Nacional de Articulação Institucional para
415 se reunirem. Complementou que a Sra. Sandra Lia Bazzo Barwinski pode explicar sobre o Fundo.
416 Sobre a reunião, a Sra. Sandra Lia Bazzo Barwinski salientou a urgência do evento, mas asseverou
417 que não haverá o tempo hábil para organização, sendo necessário decidir hoje. A Sra. Chopelly
418 Glaudystton Pereira dos Santos explicou que a reunião extraordinária está prevista para
419 organização, mas alegou não haveria tempo para apresentar o resultado ao Pleno, sendo importante
420 adiar para outubro para organizar e apresentar ao Pleno. Concluiu afirmando que deve ser elaborada
421 a programação. A Sra. Sandra Lia Bazzo Barwinski ressaltou que, a ocorrência da reunião em
422 setembro comprometeria a participação de várias pessoas. Depois foi destacado que o orçamento
423 seria até dezembro. Na sequência, a Sra. Rafaela Feitosa Damasceno propôs que na próxima
424 reunião da Câmara Técnica de Legislação e Normas seja trabalhado a lei de incentivo fiscal para
425 ajudar os Fundos estaduais, municipais e do conselho. Citou como exemplo a dedução de impostos
426 fiscais aplicados em Senador Canedo e sugeriu discutir posteriormente sobre a implantação dessa
427 lei no congresso. Ato seguinte, foi explicado que em 1985 foi formado o Fundo Especial dos
428 Direitos da Mulher pela lei nº 7.365, de 29 de agosto de 1985 relacionado ao Conselho Nacional

429 dos Direitos da Mulher, mas o Fundo nunca foi visto. A Sra. Sandra Lia Bazzo Barwinski explicou
430 que a lei que instituiu o conselho, artigo 8º, impôs o Fundo e que tem o projeto de lei nº 7.559 de
431 2014 na Câmara Federal da autora Flávia Moraes do PDT, que institui o Fundo Nacional para a
432 Promoção dos Direitos da Mulher, mas não se refere ao conselho e autoriza a dedução de imposto
433 de renda de doações efetuadas aos fundos municipais, estaduais e nacional para a promoção dos
434 direitos da mulher. Complementou que foi aprovado pela Comissão dos Direitos da Mulher na
435 Câmara em outubro de 2019 e em março de 2021 foi para a Comissão de Finanças e Tributação e
436 atualmente está neste local. Sobre o curso de formação, declarou que estão negociando alguns
437 cursos com a ENAP e dois cursos específicos relacionados ao conselho, que são a Participação e
438 Controle Social das Mulheres nas Políticas Públicas e de Formação e capacitação dos Conselhos e
439 que na próxima semana está agendado para definir. Diante do exposto, foi sugerido a capacitação de
440 maneira virtual ou híbrida. Foi ressaltada a dificuldade de atenção e acompanhar reuniões virtuais.
441 A Sra. Nágyla Maria Galdino Drumond propôs debater quais estados e municípios podem
442 regulamentar os seus fundos municipais e estaduais, inclusive sob as vistas de receberem ou não
443 receberem repasses federais. A Sra. Celina Alves Padilha Arêas não compreendeu o segundo
444 parágrafo. Adicionou que na última reunião do conselho foi aprovado um grupo para fazer um
445 levantamento dos estados que possuem Secretaria Estadual da Mulher, quais estados tem o
446 Conselho Estadual funcionando e quais os municípios têm o conselho funcionando. Compreendeu
447 que com o levantamento haveria uma reunião do Conselho Nacional da Mulher para convocar os
448 conselheiros envolvidos para uma reunião e que pelo que está relatado, noticiou que haverá o
449 Encontro Nacional dos Direitos da Mulher e Encontro Nacional dos Movimentos Sociais antes do
450 conselho discutir o que será realizado nesse encontro. Questionou qual dia o Pleno tratará dessas
451 reuniões. Foi ressaltado que o assunto será de responsabilidade da Câmara Técnica para o Pleno
452 aprovar. Depois foi esclarecido que se não houver o adiamento, a proposta seria se encontrar,
453 finalizar o trabalho proposto para ser apreciado e aprovado pelo Pleno por *e-mail*. A Sra. Jovanna
454 Cardoso da Silva sugeriu a presença da deputada autora pelo projeto de lei na próxima reunião da
455 câmara técnica e esclareceu que, se for necessário, pode ser apresentada a proposta no Pleno, os
456 trâmites e o que devem fazer, como a ida de uma comissão deste conselho ao Parlamento.
457 Compreendeu que a ministra gostaria do evento em 25 de setembro e advertiu que não tem interesse
458 em participar de evento. Foi explicado que a proposta da câmara técnica seria fazer uma reunião
459 extraordinária para discutir os eventos e depois foi citada a proposta de convocação da deputada

460 autora da proposta do Fundo. Foi ressaltado que as reuniões do conselho estão agendadas para os
461 dias 25, 26 e 27 e que no dia 28 de setembro será o Dia Internacional da Defesa da Legalização do
462 Aborto. Foi explanado que a Câmara Técnica realizaria a reunião no dia 6 de agosto e sugerida a
463 prorrogação da reunião do Pleno para o dia 28 para fazer uma atividade integrada com os conselhos
464 estaduais sobre o Dia Internacional da Defesa da Legalização do Aborto. A Sra. Rafaela Feitosa
465 Damasceno explicou sobre os fundos para as pessoas idosas. Foi solicitado esclarecimento. A Sra.
466 Carmen Foro explicou que na última reunião foi definido um calendário e que seriam feitas duas
467 atividades no final do ano junto ao conselho para otimizar recursos. Asseverou que em setembro e
468 em novembro será feito um encontro com conselhos estaduais com a presença da sociedade civil e
469 imaginou que a câmara planejou o encontro. Compreendeu que foi discutido que não haverá
470 possibilidade de reunião em setembro e que a reunião em novembro seria em novembro, portanto o
471 calendário seria alterado. Ressaltou que o conselho está revogando uma decisão do calendário de
472 reunião em setembro, manutenção da reunião de outubro e convocando uma reunião extraordinária
473 para a câmara técnica. Foi salientado que o evento será no final de setembro e que deve haver uma
474 reunião extraordinária da câmara técnica para decidir sobre o evento, para não afetar a reunião do
475 conselho. A Sra. Chopelly Glaudyston Pereira dos Santos pontuou que foi bastante trabalhado o
476 assunto na câmara, pois foi exigido um evento para 600 pessoas, onde são necessárias passagens e
477 diárias. Asseverou que desejam fazer algo democrático, que deve haver programação e que se o
478 conselho entende que será no dia 25, pode haver reunião extraordinária para discutir o assunto. Foi
479 ressaltado o objetivo da Câmara Técnica de Planejamento e Orçamento e que verificaram que não
480 possuem condições de fazer um evento desse porte em setembro. A Sra. Atiliana da Silva Vicente
481 Brunetto comunicou que foi convocada pelo setor de orçamento para fazer um orçamento mínimo
482 para o CNDM e ela apresentou-o a Câmara para qualificar e quantificar. Esclareceu que foi
483 discutida a presença de 200 pessoas dos conselhos e 600 pessoas da sociedade civil no encontro,
484 sendo uma base para a previsão do segundo semestre, uma proposta de orçamento, não uma
485 definição da ministra e concluiu que definiram que o encontro será realizado. A Sra. Sandra
486 Marrocos esclareceu que o Pleno decidiu que o encontro seria feito, que foi proposta a data e que a
487 Câmara Técnica teria autonomia para pensar no encontro, não sendo necessário retornar à
488 formatação do encontro. A Sra. Laudelina Inácio da Silva considerou que a problemática ocorreu
489 por causa de uma secretária executiva do conselho e que a Sra. Bárbara Brenda Saraiva Barbosa e a
490 Sra. Atiliana da Silva Vicente Brunetto não conseguem lidar com todas as demandas. Salientou que

491 na reunião citou o nome da Sra. Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos várias vezes de boa fé ao
492 discutir a prorrogação do mandato, propôs uma convocação de uma reunião extraordinária do Pleno
493 em agosto para não alterar a reunião em setembro e discutir o evento. Foi reforçada a importância
494 de uma secretária executiva e ressaltado que pretendiam que tivesse a melhor qualidade possível
495 para o evento. A Sra. Jovanna Cardoso da Silva ponderou que a realização de um evento desse porte
496 precisa de planejamento, refletiu que o conselho não é realizador de evento e que o evento pode ser
497 realizado pelo ministério com a anuência do conselho. A Sra. Nágyla Maria Galdino Drumond
498 concordou com a manutenção das datas, sugeriu reuniões extraordinárias virtuais em agosto do
499 Pleno e da Câmara Técnica e a votação do projeto por *e-mail*. Ressaltou que devem ser
500 estabelecidos critérios para definir representantes e que o ministério seria o responsável. Questionou
501 se a reunião ocorreria nos dias 25 a 29 de setembro com as Câmaras Técnicas, o Pleno e encontro
502 com os conselhos estaduais. Propôs que abertura seja ampliada no dia 25 de setembro ou que tenha
503 um momento com os conselhos estaduais. Externou a sua preocupação com a reunião de novembro.
504 Ato contínuo, foi destacada a necessidade de secretaria executiva e de ata da reunião, visto que foi
505 discutida a reunião do conselho nos dias 26, 27, 28 e 29 de setembro e que em novembro haveria
506 uma Plenária no dia 27 e reunião do conselho nos dias 28, 29 e 30 de novembro. Foi sugerido fazer
507 a reunião com os conselhos estaduais no dia 27 de setembro e não ocorrer reuniões com as câmaras
508 técnicas no dia 26, havendo planejamento do encontro com os conselhos. Foi questionado sobre fala
509 da ministra sobre “*chamar 1ª Plenária de conselho sendo de uma a três conselheiras, sendo que*
510 *seja duas da sociedade civil*” e “*na mesma semana de setembro, a ser enviado formalmente convite*
511 *para os conselhos estaduais*”. Foi concordado que a data das reuniões de setembro seria mantida. A
512 Sra. Jovanna Cardoso da Silva explicou que foi definido quem faria o levantamento, mas não
513 receberam a ata. Foi esclarecido que na reunião passada também foi estipulado o tempo do
514 formulário. Depois foi ressaltado que a reunião passada delimitou o tamanho do encontro com as
515 conselheiras estaduais, não sendo necessário fazer levantamento, visto que existem as conselheiras.
516 A Sra. Celecina Rodrigues dos Santos lembrou a proposta do formulário, em que seriam divididos
517 por regiões e noticiou que foi criado um GT sobre o assunto. Depois foi informado que o formulário
518 será apresentado amanhã e que será feito um encontro com os conselhos estaduais e com a
519 sociedade civil na reunião do conselho. A Sra. Gilcelene Braga Assumpção explicou que entendeu
520 que era necessário ampliar para os municípios e que por isso tiveram um trabalho redobrado, pois a
521 intenção da Câmara era visualizar a divisão administrativa dentro de cada estado e escolher um

522 município de cada região com maior índice de violência. Foi ressaltada a importância da secretaria
523 executiva, da ata que foi não entregue em tempo hábil, a necessidade de reunião extraordinária para
524 verificar a programação do evento de forma virtual e se for necessário a convocação de uma reunião
525 extraordinária do Pleno. Foi salientado que é importante que se for três por estado, resultaria em 75
526 convidados mais as conselheiras. Foi externado como preocupação uma aliança com os estados e
527 possivelmente incluir os municípios. Foi ressaltado que deve ser discutida a proposta futuramente.
528 A Sra. Laudelina Inácio da Silva noticiou que colocou as atas anteriores no grupo do CNDM,
529 explicou que a Câmara Técnica Internacional (CTI) não teve oportunidade de distribuir a ata
530 simplificada e os documentos em anexo. Asseverou que a CTI retomou os seus trabalhos, o seu
531 papel de coadjuvante, efetivo de trabalho e parceria com as iniciativas governamentais no que se
532 refere aos interesses da mulher brasileira em todos os seus aspectos e se propôs a auxiliar o governo
533 em todas as diretrizes assumidas na política internacional de promoção e de acolhimento dos
534 direitos das mulheres estrangeiras no Brasil. Cientificou que na ata consta as participantes
535 presentes, ausentes e a justificativa das ausências da Sra. Berenice e da Sra. Beatriz. Cientificou a
536 pauta, explicou que o G-20, relacionado ao empoderamento e progressão da representação
537 econômica das mulheres acontecerá nos dias 01 e 02 de agosto na cidade de Gandhinagar, Índia em
538 que o Ministério das Mulheres será representado pela secretária executiva Maria Helena Guarezi, o
539 Brasil terá 10 minutos de fala na mesa, sessão 2 para alavancar a infraestrutura pública digital para
540 promover a igualdade financeira das mulheres. Adicionou que de 2 a 4 de agosto o Brasil
541 participará do Encontro Ministerial para o Empoderamento das Mulheres na mesma cidade e o
542 Brasil terá fala na abertura e na passagem do bastão e assumirá a presidência do G-20 no próximo
543 ano. Complementou que, para isso, o Ministério das Relações Exteriores criou um grupo
544 interministerial para discutir o assunto relacionado ao empreendedorismo e com a previsão de
545 quatro reuniões para 2024. Acrescentou que a presidência do G-20 em 2025 será da África do Sul e
546 que a sociedade civil não será representada nos dois eventos. Diante do exposto, declarou que foi
547 feito um ofício que será encaminhado a ministra de representações da classe empresarial de
548 mulheres no G-20 para garantir a participação de uma instituição, tendo como critérios que a
549 entidade ligada ao empreendedorismo e sugeriu se manifestar no grupo ou e-mail caso exista o
550 interesse e que caso tenha mais de uma instituição interessada, pode fazer um sorteio. Afirmou que
551 podem discutir o ofício na próxima reunião, relatou sobre diálogo sobre misoginia na Presidência
552 Pro Tempore do Mercosul em 17 de agosto e anunciou que será enviado convite ao CNDM.

553 Explicou que foi sugerido a participação das conselheiras de Notório Saber, visto que não haverá
554 tempo de fala. Discorreu sobre o Movimento Mulheres, Paz e Segurança, relatou as datas das
555 reuniões, explicou que não deliberaram, pois passou e não participaram. Foi destacado que deve ter
556 uma discussão sobre o assunto, a diversidade, acolhimento de mulheres migrantes e em situação de
557 vulnerabilidade. Foi relatado que o 24º Encontro Internacional de Estatística de Gênero será
558 realizado nos dias 6, 7 e 8 de setembro de 2023 no México e que o ministério está debatendo a
559 possibilidade de enviar representante do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero para
560 acompanhar e o Brasil foi convidado para participar da 21ª Reunião Internacional de Especialistas
561 em Informação sobre o uso do tempo e trabalho não remunerado em 25 de setembro em Santiago,
562 Chile. Ato seguinte, foi explicado que a 12ª Reunião da Conferência de Estatística das Américas
563 acontecerá nos dias 25, 26, 27 e 28 de setembro, que foi feito um ofício solicitando a representação
564 de duas conselheiras da sociedade civil na conferência, que as candidatas relacionadas a temática
565 podem se candidatar e pode ser sorteado depois caso seja necessário. Foi ressaltado que as suplentes
566 serão convocadas ao Pleno nesse caso. Sobre a Corte Interamericana de Direitos Humanos, foi
567 explanado que será enviado um ofício solicitando um representante da CNDM, que a declaração
568 dos direitos humanos das mulheres rurais foi enviada no grupo, que diversos casos foram tratados
569 na corte como o caso Maria da Penha. Foi adicionado que foi defendido o acompanhamento por
570 uma conselheira do estado e que caso não houver poderá ser designada outra conselheira. Depois foi
571 citado caso da fábrica de fogos da Bahia, onde é discutido o pagamento voluntário das indenizações
572 pendentes e está previsto um ato público de selamento de acordo em 02 de agosto em Brasília,
573 sendo necessário a Assessoria Internacional comunicar as pessoas na Bahia e as conselheiras que
574 aqui residem para uma acompanhar o caso. No que concerne ao caso Márcia Barbosa, foi relatado
575 que a Assessoria Internacional está organizando um evento em Cajazeiras em setembro na Paraíba
576 para ato de reconhecimento da responsabilidade do Estado Brasileiro. Ato seguinte, foi cientificado
577 que o ofício seria em defesa a participação das conselheiras no evento, representando o CNDM e
578 seu estado de origem e foi ressaltado que não possuem secretária-executiva para formalizar
579 convites. Foi relatado sobre o caso Santos Brasil, a 17ª Jornada da Lei Maria da Penha, que será
580 realizada no Ceará, onde foi sugerido um ofício para representante do CNDM do Ceará participar
581 nos dias 07 de agosto e 08 de agosto. Foi explicado que o memorial não foi confirmado. Foi
582 ressaltado que as atualizações sobre a 17ª Jornada da Lei Maria da Penha devem ser encaminhadas a
583 Sra. Nágyla Maria Galdino Drumond, visto que pode participar com a palestrante e conselheira

584 Alice Bianchini. Foi enfatizado que a Câmara Técnica Internacional gostaria de participar de todos
585 os GT's, pontuado sobre audiência referente a Lei de Alienação Parental pela Comissão de Direitos
586 Humanos, em que foi defendida a revogação da lei e que o CNDM deverá construir um grupo do
587 trabalho para debater a revogação da Lei de alienação parental e outro sobre o uso do tempo e
588 trabalho não remunerado das mulheres. No tocante a reunião do Chile, foi esclarecido que foi
589 colocado duas conselheiras titulares da sociedade civil na 22ª Reunião Internacional de
590 Especialistas em Informação sobre o uso do tempo e trabalho não remunerado que acontecerá no
591 25, item 7 da pauta. A Sra. Jane Maria Vilas Boas sugeriu que o tema do trabalho não remunerado
592 seja citado na reunião com os conselhos estaduais. A Sra. Nágyla Maria Galdino Drumond
593 questionou-se se no item 7 são dois eventos no mesmo lugar. Foi esclarecido que são dois eventos
594 diferentes. A Sra. Nágyla Maria Galdino Drumond se colocou à disposição para participar. A Sra.
595 Celecina Rodrigues dos Santos se colocou à disposição para participar caso tenha espaço para
596 discutir empreendedorismo social no evento. A Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos citou a
597 conferência da ONU sobre a ODS nos dias 18 e 19 de setembro de 2023 e o 15º Encontro Feminista
598 Latino-Americano e Caribenho em El Salvador de 22 a 25 de novembro de 2023. Salientou que o
599 conselho deve ter critérios políticos de participação para efetivar o debate e construir propostas e
600 encaminhamentos para as mulheres. Arrazoou que a alienação parental está sendo discutida em
601 vários setores, que o conselho deveria se posicionar sobre isso e que a comissão de monitoramento
602 mostrará um encaminhamento sobre o assunto. Sugeriu retirar a questão da pauta, pois apresentarão
603 uma nota sobre o assunto. Foi concordado. A Sra. Laudelina Inácio da Silva se colocou à disposição
604 para reunião internacional sobre uso do tempo. A Sra. Carmen Foro ressaltou sobre a participação
605 do conselho na Cúpula da Amazônia. A Sra. Nágyla Maria Galdino Drumond, a Sra. Celina Alves
606 Padilha Arêas e a Sra. Celecina Rodrigues dos Santos se candidataram para participar. Foi
607 explicado que seria uma conselheira para cada evento. Foi sugerida a votação por *e-mail*. A Sra.
608 Celecina Rodrigues dos Santos retirou o seu nome em evento do Chile. A Sra. Laudelina Inácio da
609 Silva retirou o seu nome para que possa participar da reunião do conselho. Foi sugerido que a Sra.
610 Laudelina Inácio da Silva organizasse os temas, vagas e candidatas para votar posteriormente.
611 Todas concordaram. Sobre a alienação parental, foi declarado que discutirão a minuta da resolução
612 na próxima câmara técnica. Em seguida, foi anunciado que a ministra estará presente na reunião de
613 amanhã e foi registrada a memória a Marielle Franco. **Abertura - Dia 28/07/2023 – Manhã:** A
614 reunião foi iniciada e informada a pauta da reunião. A Ministra Cida Gonçalves salientou a

615 importância da reunião e parabenizou a reunião de ontem. Ato contínuo, a Sra. Vanja Andrea Reis
616 dos Santos iniciou o relato da Câmara Técnica de monitoramento. Citou a data da reunião,
617 participantes e pautas. Informou como encaminhamentos relacionados a PEC 1821, que anistia os
618 partidos políticos que não utilizaram os percentuais mínimos do financiamento nas campanhas de
619 mulheres e da promoção e difusão da participação política, fazer uma nota técnica do CNDM,
620 solicitar audiência a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e uma audiência na Câmara
621 para a secretaria e demais parlamentares, encaminhar o plano B caso a anistia seja aprovada com a
622 contrapartida das cotas para mulheres, articular implementação da Frente Parlamentar Feminista
623 antirracista com a participação popular, solicitar a participação desse conselho através da Câmara
624 Técnica de Monitoramento nos GT's interministeriais de enfrentamento a violência política de
625 gênero, política nacional de cuidado, saúde integral da população negra e combate ao assédio e
626 discriminação na administração pública e outros espaços interministeriais ou misto cuja a temática
627 seja próxima ao Plano. Sobre o Plano Nacional de Política para as Mulheres deve participar de sua
628 retomada em caráter de urgência. Discorreu sobre nota técnica a ser elaborada pelo CNDM para
629 revogação da LAP, o diálogo com conselhos que possuem trabalhos direcionados as mulheres e
630 suas diversidades, representação da Câmara Técnica no encerramento do tribunal internacional e na
631 inauguração de Casa Brasileira em Pernambuco e reunião técnica virtual com o Ministério da
632 Justiça para atualização do processo e providências. Discorreu sobre reunião com o Ministério da
633 Saúde em relação ao PAISM, encaminhamento de nota técnica do CNDM ao Conselho Nacional de
634 Assistência Social para a inclusão da população LGBTI nas normativas do SUAS, participação no
635 Comitê de Prevenção de Mortalidade Materna e de Combate a Fome dos dois comitês nacionais,
636 aproximação com a frente parlamentar mista LGBTQIAP no Congresso Nacional, necessidade de
637 realização de reunião de planejamento da Câmara Técnica de Monitoramento na segunda quinzena
638 de agosto, participação das suplências das Câmaras Técnicas com formalização regimental, revisão
639 do formato das Câmaras Técnicas para 15 dias que antecede o Pleno ou conforme planejamento da
640 Câmara Técnica, crachá de identificação ou PIN para as conselheiras para o reconhecimento nos
641 territórios e em Brasília, nomeação de secretaria executiva do CNDM, funcionamento das redes
642 sociais, modernização da logomarca do CNDM e da apresentação de sua página, estabelecimento de
643 contato para parceria com o CNJ, OAB, FENAJ e o MEC para capacitação sobre questão de gênero
644 e direitos humanos na área jurídica e de comunicação. Arrazoou sobre criação de GT para curso
645 permanente de formação para qualificar a participação das mulheres no controle social, a

646 necessidade de contratar uma assessoria para colaborar com o trabalho do GT para curso piloto de
647 formação às conselheiras nacionais em fevereiro de 2024 e curso de formação para os estados a
648 partir de março, produção de material para divulgação, cartilhas e demais materiais necessários para
649 o seu funcionamento e lançamento a partir de março de 2024 a caravana das mulheres no controle
650 pela reconstrução do Brasil. Ato seguinte, a Sra. Jovanna Cardoso da Silva saudou a todos/as,
651 enfatizou a importância de abordar a identidade de gênero, sugeriu que o conselho participe da
652 comissão dos movimentos sociais do Ministério da Saúde que visa tratar a política de AIDS no
653 Brasil. A Sra. Celecina Rodrigues dos Santos parabenizou a apresentação e enfatizou a importância
654 das suplentes no conselho. Ato seguinte, foi ressaltada a importância das notas técnicas, solicitado o
655 auxílio da Sra. Jovanna Cardoso da Silva e da Sra. Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos na nota
656 técnica do CNAS para trazer o panorama real das mulheres, a importância do monitoramento sobre
657 a Lei Maria da Penha e pontuado que a reunião poderia ser aberta. A Sra. Alessandra Santos de
658 Almeida salientou a importância da revogação LAP. A Ministra Cida Gonçalves parabenizou a
659 apresentação, externou a sua preocupação com a realização da caravana, pois coincidirá com as
660 conferências estaduais e municipais, sendo necessário fazer um planejamento das propostas e
661 verificar a viabilidade. Sugeriu solicitar que os ministérios apresentassem os seus projetos
662 relacionados a temática nas próximas reuniões do conselho. Lembrou que o 08 de março não
663 envolveu o Ministério. A Sra. Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos arrazoou sobre a
664 importância da inauguração da Casa da Mulher em Pernambuco para as mulheres travestis e
665 transexuais e a dificuldade para a implantação. Demonstrou interesse para participar da inauguração
666 e sugeriu um discurso da ministra sobre as dificuldades enfrentadas caso participe. Em seguida, foi
667 passada para a apresentação da ministra sobre misoginia. A Ministra Cida Gonçalves ressaltou que
668 a casa ainda será construída e que em Recife está sendo localizado o terreno, mas tem a
669 disponibilidade da governadora para construir a casa. Enfatizou que posteriormente será informado
670 os detalhes do processo e que a licitação da Casa Brasileira de Manaus foi aberta essa semana. Ato
671 seguinte, discorreu sobre a marcha para enfrentamento a misoginia, ponderou que a perspectiva é
672 que seja uma estratégia durante todo o processo em que estarão no governo, que querem atingir a
673 toda a população brasileira e que não será como a Marcha das Margaridas. Explicou o conceito de
674 misoginia, ponderou que existem diversos debates, explicou as questões que serão discutidas,
675 salientou a importância de discutir a misoginia, explicou a classificação dos atos misóginos,
676 legislação, discurso do misógino, padrão de funcionamento dos movimentos masculinistas, os

677 objetivos da misoginia, a necessidade do apoio da população, sobre a monetização dos misóginos,
678 mundo do trabalho, impactos, silenciamento das mulheres, demonstrou sua preocupação quanto as
679 mulheres agredidas na política não desejam continuar, reduzindo o número de mulheres eleitas,
680 arrazoou sobre a necessidade de união das mulheres nos espaços de poder, perpetuação de
681 sentimento de medo e pavor, isolamento social, transtornos psíquicos, dados científicos. Enfatizou a
682 importância de enfrentamento a misoginia, que buscam respeito, divulgar a marcha que será
683 permanente. Foi ressaltada que é maior que uma marcha. A Sra. Patricia Laundry Mollo sugeriu
684 identificar como marcha, colocar a expressão “*na marcha*” ao lado com alguma identificação das
685 mulheres e anunciou que participará. A Sra. Celecina Rodrigues dos Santos reforçou a importância
686 a marcha da misoginia de forma continuada, de tomar atitudes, de fortalecer a comunicação e
687 parabenizou a apresentação. Com a palavra, a Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos parabenizou a
688 apresentação, concordou com o termo “*marcha*” e ponderou que as pessoas precisam sentir, ter uma
689 música para respeitar as mulheres, desenhar formas articuladas para desenhar, filtro e frases, sendo
690 um desafio para enfrentar com a educação. A Sra. Maria Dirlene Trindade Marques concordou com
691 a desmonetização da “*machosfera*” e com a educação, ponderou que é necessário enfrentar o
692 núcleo, que é uma discussão importante e que deve ser incorporado melhor a discussão sobre a
693 desmonetização da misoginia, pois é a raiz do problema. A Sra. Alessandra Santos de Almeida
694 parabenizou a ideia da ministra, sugeriu colocar a expressão “*mulheres em marcha pelo fim da*
695 *misoginia*”, acrescentou que deve ser utilizada uma *hashtag* antes da caravana, fazer uma campanha
696 e filmetes que fujam da forma intelectualizada e dura de falar dessas questões. A Sra. Grace Fátima
697 Souza Rosa parabenizou a apresentação, sugeriu uma logomarca, considerou o termo “*marcha*”
698 militarizado, propôs o envolvimento de pessoas famosas, atrizes, influenciadoras e fazer um selo
699 para as entidades amigas da marcha para os ministérios adotarem. A Sra. Alice Bianchini discorreu
700 sobre importância de discutir o assunto e a falta de licença-maternidade no Congresso Nacional. A
701 Sra. Carmen Foro asseverou que existem vários desafios como a popularização, trazer para elas e
702 envolver as mulheres vulneráveis. Afirmou que a estratégia de comunicação pode ser aprimorada na
703 próxima reunião do GTI no dia 31, onde será escutado o sistema de justiça. A Ministra Cida
704 Gonçalves concordou com as ideias, informou sobre as reuniões com empresas sobre a violência
705 contra as mulheres e argumentou que a estratégia de comunicação deve ser melhorada. Salientou
706 que deve ser popularizado e que a maioria da população deve saber o que é misoginia. Em seguida,
707 a Sra. Rosane Silva iniciou a apresentação sobre a Lei da Igualdade Salarial nº 14.611. Agradeceu

708 ao conselho pela mobilização, destacou a importância da lei, o histórico, a articulação, o papel das
709 senadoras, anunciou que será criado um GTI para elaborar um plano sobre igualdade salarial,
710 relatou dados de pesquisas, principais inovações, proposta de regulamentação, protocolo de
711 fiscalização, instalação de GTI da Igualdade, coordenado pelo Ministério das Mulheres e Ministério
712 do Trabalho e Emprego com duração de 180 dias e que ocorrerá em 31 de agosto, sobre debate
713 sobre trabalhadoras na área de cuidado, o que o conselho pode contribuir e compromissos para a
714 regulamentação da lei. A Sra. Celina Alves Padilha Arêas parabenizou a apresentação, a aprovação
715 da lei, discorreu sobre o histórico da diferença salarial, pontuou que é necessário acompanhar e que
716 exigirão o cumprimento. A Sra. Nágyla Maria Galdino Drumond ressaltou a importância da sanção
717 da lei, parabenizou a iniciativa do movimento contra misoginia, argumentou que a desmonetização
718 é prioritária, que é necessário entender que brasileiros contra a misoginia é uma bandeira necessária,
719 que não sabe se é viável fornecer incentivo monetário as empresas que cumprem a lei e informou
720 que o conselho está à disposição. A Sra. Chopelly Glaudyston Pereira dos Santos comunicou que
721 deseja uma palestra para o centro de qualificação para mulheres LGBT sobre a misoginia em
722 Pernambuco e relembrou sobre caso de desigualdade salarial. A Sra. Cleide Silva Pereira Pinto
723 arrazoou sobre a implantação de creches em três turnos, pesquisas sobre trabalhadoras domésticas,
724 asseverou que se houver um trabalhador doméstico, provavelmente ganhará mais do que a
725 trabalhadora doméstica, sendo importante a lei de Igualdade Salarial. A Sra. Sônia Maria Zerino da
726 Silva parabenizou a apresentação da Ministra Cida e da Sra. Rosane Silva, a aprovação da lei e
727 anunciou que as centrais sindicais se empenharão para regulamentar a lei, para a ratificação da
728 convenção nº 156 e nº 190 e discorreu sobre o funcionamento das creches em tempo integral e sem
729 férias, falta de banheiros em terminais de ônibus. Ato contínuo, a Sra. Rosane Silva argumentou que
730 os números não oficiais são maiores, ponderou sobre a necessidade de discussão sobre as
731 trabalhadoras domésticas, do auxílio das conselheiras e declarou que a secretaria executiva Maria
732 Helena foi fundamental para o processo e que todos se empenharam. **Tarde:** A reunião foi iniciada.
733 Com a palavra, a Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos informou a coordenadora da Marcha das
734 Margaridas. A Sra. Carmen Foro arrazoou sobre o histórico da Marcha das Margaridas, explicou
735 que é uma marcha internacional, muito protagonizada pelas mulheres do campo e das águas. A Sra.
736 Camila discorreu sobre a CONTAG, que coordena a marcha. Comunicou que faltam 18 dias para a
737 Marcha das Margaridas, citou as conquistas, cientificou que o evento ocorre de quatro em quatro
738 anos no início do governo, que não foi apresentada pauta no governo passado, que espera mais de

739 100.000 mulheres e que abordarão 13 eixos. Noticiou que foi entregue as propostas de pauta ao
740 governo no dia 21 de junho e que espera resposta nos dias 15 e 16. Noticiou que no dia 14 começam
741 a chegar as mulheres e que no dia 15 haverá o acolhimento das mulheres, sessão na Câmara e no
742 Senado, amostras de produções das margaridas, rodas de conversas, espaços para crianças, painel da
743 Soberania alimentar e agroecologia com o caminho para superação da fome, painel da Reconstrução
744 do Brasil para o bem viver, com a participação política das mulheres de 10 horas até o meio-dia.
745 Adicionou que haverá oficinas lúdicas junto com os painéis, que pela manhã haverá um outro
746 espaço com a plenária da cúpula dos povos da Amazônia e pausa para almoço. Comunicou que a
747 tarde haverá o Painel sobre a Reconstrução de políticas públicas para o bem viver das mulheres do
748 campo, da floresta e das águas e as urgências sociais, painel sobre Mudanças climáticas e políticas
749 públicas, tribunal das mulheres, Seminário nacional da marcha das margaridas, abertura política,
750 oficinas e finalizou informando a programação do dia 16. A Sra. Maria Dirlene Trindade Marques
751 questionou se existe a possibilidade de auxiliar com recursos as regionais. A Sra. Chopelly
752 Glaudystton Pereira dos Santos salientou a ausência das pautas das mulheres LBT's e indagou se
753 está incluso algo sobre o assunto na programação. A Sra. Celina Alves Padilha Arêas enfatizou que
754 a organização da Marcha das Margaridas é um aprendizado, que está havendo maior proteção com
755 vários trios elétricos e declarou que se desejar participar da sessão na Câmara e Senado às 09:00 do
756 dia 15, a CONTAG deve ser informada. A Sra. Camila respondeu que as pessoas são definidas
757 pelas coordenações, que existem trios separados por regiões, que 14.000 mulheres estão inscritas no
758 sistema apenas pelo Nordeste, que se estima o custo de quatro milhões de reais com a alimentação e
759 como a CONTAG é uma empresa com CNPJ, deve atender aos requisitos do GDF. Asseverou que o
760 tema das mulheres LBT é transversal, que no caderno sobre autonomia é abordado o assunto e que
761 painel da participação Política das Mulheres está como um tema transversal. Acrescentou que foram
762 procurados pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania para terem um espaço para
763 discussão sobre esse assunto, que a programação é provisória e adicionou que podem ser feitas
764 doações no site <https://benfeitoria.com/projeto/marchadasmargaridas2023> e que podem ser
765 compradas a blusa e a rifa para ajudar. Relatou caso da conselheira do CNAS que, com a venda de
766 rifas conseguiu recursos para auxiliar no transporte. Ato seguinte, foi apresentado um vídeo da
767 Marcha das Margaridas. A Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos salientou a importância do evento. A
768 Sra. Carmen Foro discorreu sobre a Marcha das Margaridas e lembrou que antigamente era
769 discutido sobre as mulheres transexuais. A Sra. Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos salientou a

770 importância da secretaria para a população LGBT. Na sequência foi sugerido divulgar sobre o
771 evento. A Sra. Alessandra Santos de Almeida anunciou a presença do CFP na Marcha das
772 Margaridas e debate sobre territorialidade no dia 14. Ato contínuo, foi iniciada a apresentação do
773 mapeamento de movimentos e entidades de mulheres do Brasil. Foi explicado que o objetivo era ir
774 além dos movimentos existentes tradicionais, que foi proposto um formulário para lançar na rede.
775 Foi adicionado que o formulário foi analisado pela equipe técnica de informática e comunicação do
776 Ministério e foi sugerido não fazer alterações. A Sra. Sandra Marrocos declarou que foram
777 colocados duas logos, uma do governo, através do Ministério e outra do controle social através do
778 conselho. Noticiou que será feita uma reunião nos dias 08, 09 ou 10 com o fórum de mulheres de
779 partido para pedir a divulgação e o preenchimento do formulário. Leu sobre o mapa colaborativo,
780 objetivos, unidade federativa, região, município, nome do grupo, questões referentes ao grupo,
781 responsável do grupo, área de atuação. A Sra. Jovanna Cardoso da Silva questionou se ao colocar o
782 nome do responsável é necessário colocar o nome civil. Foi negado. A Sra. Nágyla Maria Galdino
783 Drumond propôs inserir a expressão “*nome (pode ser nome social)*”. Sobre o CNPJ, sugeriu colocar
784 “*não é obrigatório*” e pontuou que pode acumular opções no caso das entidades estaduais e
785 municipais. A Sra. Adriana Rosa dos Santos sugeriu colocar o DF no caso da participação dos
786 conselhos. A Sra. Celecina Rodrigues dos Santos reafirmou que foi formado em um GT para o
787 assunto, que deve ser destacado que foi construído no conselho. Parabenizou o trabalho, afirmou
788 que existem muitos fóruns e espaços que devem ser mapeados. Notificou que divulgará, que deve
789 haver inclusão e construção coletiva. A Sra. Alessandra Santos de Almeida parabenizou o trabalho e
790 salientou a impressão de que o formulário é grande. Argumentou que o formulário não é acessível
791 para todas as mulheres, não tem registro sobre a característica dessa mulher como a existência de
792 deficiência e entendeu que seria relacionado a conferência. A Sra. Moema Carvalho sugeriu retirar a
793 obrigatoriedade de alguns itens como endereço, inserir a opção outros e um espaço aberto. A Sra.
794 Rafaela Feitosa Damasceno asseverou que existem muitas instituições LGBT’s que não estão
795 necessariamente no conselho nacional, mas estão vinculadas as outras áreas, sendo interessante
796 incluir. A Sra. Carmen Foro parabenizou o trabalho, reafirmou que deve ser incluído que foi criado
797 pelo conselho, que deve ser divulgado e questionou sobre o lançamento. A Sra. Vanja Andrea Reis
798 dos Santos alegou que possuem um foco, que é um levantamento das entidades e que os conselhos
799 estaduais e municipais devem ser parceiros. Foi ressaltado que letra deve aumentar, que as
800 perguntas são para a entidade, que terá no texto sobre o trabalho coletivo e logo, que o foco é sobre

801 organizações de mulheres. A Sra. Celecina Rodrigues dos Santos destacou a importância da ata,
802 retirou o que falou e que compreendeu a ministra esperava todas as organizações coletivas. A Sra.
803 Deusimar Corrêa questionou se pode colocar na rede, pois no Rio de Janeiro tem a Secretaria da
804 Mulher e solicitará a divulgação pelo local. A Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos sugeriu apresentar
805 formalmente o mapa aos conselhos e declarou que o encaminhamento da Sra. Celecina Rodrigues
806 dos Santos será repassado a comissão. A Sra. Nágyla Maria Galdino Drumond sugeriu que a
807 divulgação seja ampla, utilizar o formulário em breve como um termômetro para analisar, que deve
808 ser feito em uma linguagem leve com as mulheres para que se sintam à vontade para responder o
809 formulário, independente da colocação ideológica. A Sra. Maria Dirlene Trindade Marques
810 arrazou que é necessário procurar todos os movimentos que trabalham com mulheres, sendo que
811 uma forma de acessar é através de outros conselhos, como o conselho LGBT e de direitos humanos,
812 sendo necessário contatar esses conselhos e procurar outros, inclusive o legislativo. Reiterou que no
813 caso do dia 8 de março, o legislativo sempre convoca os movimentos de mulheres, sendo
814 importante contatar a comissão de mulheres do legislativo para fazer esse processo. Foi explicado
815 que pode ser ajustado no processo, que o sucesso do formulário depende do quanto o formulário
816 alcançará, pois foi planejado uma reunião virtual com o Fórum de Mulheres de Partido, conselhos,
817 com os conselhos e com movimento social. Foi complementado que, como haverá a plenária dos
818 movimentos sociais, o formulário pode ser reforçado e para o caso de falta de acesso à internet, se
819 pretende contatar lideranças para auxiliar no processo. Foi declarado que na segunda-feira será
820 explicado o objetivo e que o formulário para ser lançado na rede segunda ou terça-feira. Foi
821 questionado como ficam os partidos de extrema direita. Foi ressaltado que o interesse é que todas
822 respondam o formulário e foi encaminhado a inserção do nome social entre parêntesis, da expressão
823 “*CNPJ (se houver)*”, que foi colocado no formulário o que é obrigatório e que deverá ser divulgado
824 por todos/as. Foi concordado. Foi destacado que em 25 de setembro haverá a plenária com os
825 conselhos estaduais das mulheres e que no dia 27 de novembro terá a plenária com os movimentos
826 de mulheres e/ou feministas. Ato seguinte, foram informadas as participantes do GT do mapa e
827 declarado que são informadas as atualizações. Depois, foi salientado que ontem no conselho foi
828 aprovado que o dia 25 de setembro ocorreria a reunião do conselho e no dia 26 com os comitês
829 estaduais. Foi esclarecido que as datas não foram adequadas. Foi destacado que deve ser feito o
830 ajuste para uma atividade no dia 28 com os conselhos ou no dia 27. Foi solicitado a participação da
831 organização das reuniões e proposto fazer um estudo jurídico para estudar a prorrogação do

832 mandato, e uma apresentação até o final do ano. Foi concordado e pontuado que a ação não impede
833 a discussão política. Foi ressaltado que o estudo jurídico serve para auxiliar na discussão. Foi citado
834 o artigo nº 25 do Regimento Interno, discorrido sobre a importância da participação de titulares e
835 suplentes e colocado como reflexão a implantação de um evento para 600 pessoas, sendo que
836 existem conselheiras que não podem ir nas seis reuniões anuais do conselho e sugerido analisar de
837 forma jurídica o assunto. Foi concordado e salientado a importância das suplentes em todas as
838 reuniões. Foi sugerido fornecer a resposta até a próxima reunião. Foi concordado que será
839 analisado. Sobre a apresentação do processo eletivo das câmaras técnicas, conforme os artigos nº 16
840 e nº 17 do regimento interno, a Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos propôs fazer no plenário a
841 eleição das Câmaras técnicas. Explanou que, pelo regimento, deve ser chamada com 20 dias de
842 antecedência, podendo entrar na próxima pauta da próxima reunião. A Sra. Celina Alves Padilha
843 Arêas declarou que o regimento prevê que o componente da Câmara x faça a eleição e que ele tenha
844 a duração de 1 ano, podendo ser prorrogado. Questionou o que acontece caso o mandato seja
845 prorrogado ou reconduzido, arrazoou que não foi discutida a recondução e que foi definido que na
846 próxima reunião o assunto seria debatido. Foi explicado que na próxima reunião em setembro será
847 discutida a presidência, vice-presidência e outros detalhes das câmaras técnicas. Foi reforçado que
848 as eleições são feitas no pleno, tem vagas limitadas e que podem ser discutidas se quem ficou na
849 suplência por muito tempo pode ir para a titularidade. Foi esclarecido que as câmaras escolhem e se
850 tiver mais candidatos, o Pleno deve discutir. Depois foi ressaltado que se está discutindo quando
851 será discutida a eleição, não a eleição. Foi reforçado que a eleição das câmaras técnicas precisa ser
852 feita no Pleno e após o Pleno as Câmaras se reúnem e elegem a presidência. Ato contínuo, foi
853 destacado sobre a melhoria da pauta. Foi lembrado que a pauta é responsabilidade da comissão
854 política e que está aberta para contribuições. Foi informado que a comissão Política realizará uma
855 reunião antes do Pleno para preparar a pauta e que deve lembrar que haverá a discussão da eleição
856 das câmaras técnicas no Pleno. Foi ressaltado que, quanto a representação no Fórum Interconselhos
857 a Sra. Laudelina Inácio da Silva está responsável por instalar o processo de candidatura no grupo de
858 *WhatsApp* ou e-mail, sendo necessário as conselheiras verificarem os seus e-mails. Foi cientificado
859 que entrará como pauta para a reunião de setembro a abertura de representação de uma conselheira
860 do Notório Saber e que está aberta a possibilidade de apresentar currículos que podem ser enviados
861 por e-mail para a coordenação política para a candidatura e definição no próximo Pleno. Com
862 relação a reunião extraordinária, foi ressaltado que deve ter propostas de calendário e prazos, pensar

863 nos documentos das conferências e debater a metodologia. A Sra. Chopelly Glaudystton Pereira dos
864 Santos considerou válida a realização de reunião para nortear a conferência, mas argumentou que
865 deve ser feita próxima a conferência, em 2024. A Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos ressaltou a
866 importância de publicizar a justificativa de prorrogação da conferência e que é necessário elaborar a
867 programação do evento. A Sra. Maria Dirlene Trindade Marques declarou que foi sugerido incluir a
868 pauta da conferência em todas as reuniões do conselho em uma tarde ou manhã, não sendo
869 necessária uma reunião extraordinária. Ato seguinte, foi ressaltado que não haverá reunião
870 extraordinária para garantir a conferência, mas que deve ser garantido que as câmaras produzam
871 conteúdo para apresentar sobre a conferência na próxima reunião. A Sra. Celina Alves Padilha
872 Arêas propôs que na próxima reunião relembre os responsáveis de cada item da conferência. A Sra.
873 Adriana Rosa dos Santos sugeriu resgatar a história das conferências. Depois foi reafirmado que
874 não haverá reunião extraordinária. Sobre a participação na Cúpula da Amazônia nos dias 08 e 09 e
875 participação no diálogo amazônico, foi destacado que a Sra. Celecina Rodrigues dos Santos se
876 candidatou a Cúpula da Amazônia. Ato contínuo, a candidatura foi aprovada por aclamação. Em
877 seguida, foi explicado que haverá atividades em setembro e em novembro. Com a palavra, a Sra.
878 Deusimar Corrêa reforçou o pedido dos ofícios a serem encaminhados para a Secretaria da Mulher
879 do Estado do Rio de Janeiro e o Conselho da Mulher do Estado do Rio de Janeiro apresentando as
880 Sras. Celecina Rodrigues dos Santos, Gilcelene Braga Assumpção e Glaucia de Fátima Barban
881 Morelli para receber na secretaria da mulher. Foi reiterado o pedido. A Sra. Celina Alves Padilha
882 Arêas lembrou que na reunião passada foi discutida a garantia da presença das conselheiras na
883 Marcha das Margaridas. Foi destacado que será enviado o encaminhamento à ministra para retornar
884 com a resposta. A Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos notificou que as notas técnicas serão enviadas
885 por e-mail e que haverá um tempo para aprovação. **Encerramento:** Finalizadas as discussões, a
886 reunião foi encerrada.